

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

À Comissão de Licitação da Itaipu Binacional
Edital nº EF 0823-24

Fls.
1-4

A pessoa física [REDACTED] inscrita no [REDACTED] com residente na [REDACTED]
abaixo assinado, vem apresentar [REDACTED] representada neste ato por seu Representante legal

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

apresentando no articulado as razões de sua irrisignação.

I-TEMPESTIVIDADE

"1.9.1 Qualquer pessoa interessada é parte legítima para impugnar este CBC, observado, sob pena de preclusão, o prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de entrega dos envelopes contendo a proposta comercial e a documentação para a habilitação"

A presente impugnação é plenamente tempestiva uma vez que o prazo para protocolar a impugnação é de até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qual seja, 05 de Setembro de 2024.

Considerando o prazo legal para apresentação da presente impugnação, são as razões já formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo de impugnação se dá em 02 de Setembro de 2024, razão pela qual deve conhecer e julgar a presente impugnação.

II-FATOS

O Edital nº EF 0823-24, cujo objeto é o fornecimento, instalação e comissionamento de um sistema solar flutuante de 1 MWP no reservatório da Itaipu, não exige dos licitantes brasileiros a apresentação do registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), como requisito de habilitação técnica.

III- DA NECESSIDADE DO REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE

O fornecimento, instalação e comissionamento de um sistema solar flutuante envolvem atividades técnicas complexas que requerem a atuação de profissionais devidamente habilitados e registrados no CREA. A exigência de registro no CREA é uma exigência legal para garantir que os profissionais envolvidos possuem a qualificação técnica e legal necessária para a execução segura e eficaz do projeto.

Os serviços de obras e engenharia estão sujeitos a regulamentações específicas estabelecidas por leis especiais. No caso da exigência de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), essa é uma obrigação imposta pelo próprio CREA.

Além disso a resolução CONFEA n.º 444/2000 estabeleceu os procedimentos relativos ao

consórcio de empresa para a participação em processos licitatórios, que consiste no registro do termo de consórcio no CREA, antes da participação dos interessados no certame.

Em relação aos consórcios de empresas constituídas com a finalidade de participar de licitações, a mencionada Resolução estabelece, no seu Art. 1.º3, que os Consórcios devem informar ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - da jurisdição, sobre a execução bem como a sua intenção em participar da licitação.

Para o registro no CREA, a Resolução estabelece que o interessado deve apresentar cópia dos seguintes documentos: cópia autenticada do compromisso de constituição do consórcio, devidamente registrado por escritura pública ou documento particular, registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos; com a indicação da empresa líder; cópia do Edital de Licitação do qual pretende participar; e, certidão de registro, junto ao CREA, das empresas brasileiras consorciadas.

Embora saibamos que a Itaipu é uma empresa internacional, é crucial ressaltar que, no que diz respeito à parte brasileira das operações, a conformidade com a legislação local sobre empresas e registros é obrigatória. Isso garante que todas as exigências legais e técnicas sejam devidamente atendidas, assegurando a qualidade e a segurança dos serviços prestados.

IV- DO RISCO À EXECUÇÃO CONTRATUAL

A ausência da exigência de registro no CREA pode resultar em sérios riscos para a execução do contrato. Profissionais não registrados podem não estar atualizados com as normas técnicas e de segurança vigentes, o que pode comprometer a qualidade e a segurança do sistema solar flutuante. Isso pode acarretar problemas técnicos, falhas na instalação, e até mesmo riscos à integridade do reservatório e ao meio ambiente.

V- DO FUNDAMENTO LEGAL

A omissão da exigência de registro no CREA compromete a legalidade e a eficiência do processo licitatório, além de violar princípios constitucionais e legais. O art. 37 da Constituição Federal estabelece que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A ausência da exigência de qualificação técnica específica desrespeita esses princípios e compromete a integridade do processo.

VI- DO PEDIDO

Diante dos fatos e fundamentos jurídicos apresentados, requer-se que a Comissão de Licitação promova a retificação do Edital nº **nº EF 0823-24**, incluindo a exigência de atestado de registro no CREA como requisito de habilitação técnica, conforme preceituado pela Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, solicita-se a suspensão do certame até que as correções sejam devidamente realizadas, garantindo assim a lisura e a regularidade do processo licitatório.

Sem mais para o momento, aguarda-se o deferimento do presente pedido e renovam-se os protestos de estima e consideração.